

ANFIP será ouvida na Comissão Especial da Reforma Administrativa

A Comissão Especial da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, reuniu-se na quarta-feira (16/6) e aprovou em bloco os requerimentos apresentados, que incluem os convidados para as audiências públicas e seminários a serem realizados no colegiado. Os requerimentos de convite ao presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, também foram acatados. As audiências devem acontecer às terças e quartas-feiras, a partir da próxima semana.

O presidente da Comissão, deputado Fernando Monteiro (PP/PE), garantiu que o ministro da Economia, Paulo Guedes, será convidado para prestar esclarecimentos acerca da PEC 32/20 em audiência pública. Foram aprovados ainda requerimentos que cobram informações sobre os estudos existentes para definição dos critérios da proposta; sobre a organicidade da avaliação de desempenho e definição das formas de vínculos, e sobre a estimativa do impacto orçamentário, financeiro e econômico. Seminários estaduais, no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rondônia e, de forma conjunta, Pernambuco, Rio

Grande do Norte e Paraíba, também foram acatados, podendo ser formatados eventos regionais para que todos os estados sejam representados.

O relator Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) apresentou os temas a serem tratados nas audiências:

- Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho.
- Comparecimento do Ministro Paulo Guedes.
- Inovação na administração pública.
- Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, dos titulares de mandato eletivo e Forças Armadas.
- Concurso público e o vínculo de experiência.
- Condições para aquisição da estabilidade no serviço público.
- Carreiras Típicas de Estado e servidores contratados por tempo indeterminado.
- Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança.

– Avaliação de desempenho e qualificação dos servidores públicos.

– Avaliação do Regime Próprio de Previdência Social.

– Situação dos empregados públicos na Reforma Administrativa.

– Efeitos da Reforma Administrativa sobre os atuais servidores.

– Regulamentação da reforma por meio de legislação infraconstitucional.

Foram ainda sugeridos outros assuntos para debate, como o impacto social da reforma na saúde, educação e meio ambiente; o impacto no serviço municipal e estadual; o impacto nos militares e o impacto na segurança pública. Também foi proposto um debate sobre o impacto sobre os direitos trabalhistas e sobre a representação sindical dos servidores públicos. A perspectiva histórica das reformas já realizadas e a visão geral da PEC 32/20 também foram outros temas apresentados para debate. O relator da matéria reunirá todas as sugestões apresentadas e, após atualização dos temas por assunto, divulgará a lista completa, com as respectivas datas.

Novos arquivos sobre a Reforma Administrativa estão disponíveis

O hotsite da ANFIP com conteúdo exclusivo sobre a Reforma Administrativa tem novos dados disponíveis. As atualizações incluem o parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara; Análise do conteúdo e de sua constitucionalidade, do consultor Luiz Alberto dos Santos; Nota Técnica 69/2021, do Senado Federal; Nota Técnica nº 254/2021, do Dieese; cartilha “O básico que você, parlamentar, precisa saber da PEC 32/2020”, da Servir Brasil; cartilha “Não é uma reforma, é o fim do serviço público”, da Feipol-Sul; e a cartilha “Entenda o que é a PEC 32/2020 e porque somos todos contra a reforma administrativa”, do Sindsema.

A página contém, ainda, atualização de notícias, notas técnicas

e públicas, estudos, cartilhas, vídeos, links úteis de outros portais que tratam do tema e o mais amplo material sobre os diversos aspectos envolvendo o debate acerca das pretendidas mudanças na estrutura da administração pública do país. O conteúdo é atualizado frequentemente com a curadoria da Assessoria de Estudos Socioeconômicos e apoio das equipes de Comunicação Social e Tecnologia da Informação da ANFIP.

A disponibilização das informações, realizada desde 2020, tem o objetivo de embasar o debate acerca da Reforma Administrativa. Todo o conteúdo pode ser visualizado ou baixado diretamente no endereço www.anfip.org.br/reforma-administrativa. Acompanhe a página e fique por dentro das discussões e da tramitação da matéria.

Entidades intensificam defesa dos servidores públicos

PÁGINA 3

Seguem preparativos para segunda edição do FIT

PÁGINA 6

Vem aí novidades na área restrita dos associados

PÁGINAS 7

Entidades do Fisco se mobilizam em defesa da Administração Tributária



As entidades que representam as fiscalizações federal, estaduais e municipais, entre elas a ANFIP, reuniram-se na terça-feira (15/6) para discutir as sugestões de emendas à PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Apesar de defender a suspensão da tramitação da matéria, as entidades produziram uma emenda aditiva e outra modificativa com o objetivo de mitigar os danos trazidos pela PEC e, se possível, conseguir algum avanço a favor da sociedade e da Administração Tributária. O texto será protocolado em breve.

O grupo discutiu ainda a complexidade da diferenciação entre Carreiras e Cargos Típicos de Estado. A PEC 32/2020

não apresenta a definição de quais seriam os cargos típicos de Estado, mas a delega para legislação complementar posterior.

Ao se pronunciar sobre o tema, Vilson Romero lembrou que os servidores já enfrentam este debate há muito tempo. “São mais de 20 anos e não definimos ainda, agora temos três nomenclaturas: servidores que exercem atividades exclusivas, servidores ocupantes de carreira de Estado e a PEC trouxe o cargo típico de Estado. Essa discussão me parece um terreno extremamente pantanoso, em lugar nenhum está escrito”, frisou.

Também esteve presente na reunião o ex-deputado federal João Dado, que se colocou à disposição para apoiar as carreiras do Fisco nas demandas que se fizerem necessárias e auxiliar na articulação com parlamentares. Segundo ele, a matéria é complexa e tem pontos de fragilização do ingresso no serviço público e, mais ainda, nas carreiras de Estado. “Precisamos o quanto antes de textos para avançar em algum ponto e salvar os servidores de tanta maldade que vem dessa PEC”, afirmou.

A Comissão destinada a produzir um projeto de lei sobre o tema consolidará o texto com o máximo consenso entre os representantes, especialmente acerca de questões políticas, para posterior apresentação a parlamentares. Após o término do trabalho, a Comissão será designada a alinhar pontos de convergência entre as entidades.

Pacto de Brasília prepara ações contra Reforma Administrativa

A ANFIP e as demais entidades que integram o Pacto de Brasília realizaram reunião, na quinta-feira (17/6), para avaliar as ações em andamento contra as mudanças propostas na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) e os impactos para as carreiras dos fiscos federal, estadual, distrital e municipal. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Também foi analisada a formulação de emendas ao texto da PEC, que tem prazo de dez sessões da Comissão Especial na Câmara para que sejam apresentadas, além de precisar da assinatura de 171 deputados para que seja protocolada.

Vilson Antonio Romero falou sobre a importância de unificar a defesa das entidades, de forma estratégica, e sugeriu que os dirigentes se preparem para as audiências públicas a serem realizadas pela Comissão Especial da Reforma Administrativa e para os debates nas assembleias

legislativas dos estados.

Na próxima semana, o grupo volta a se reunir para alinhar as ações encabeçadas pelo Pacto de Brasília.

Também participaram da reunião representantes da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



 www.instagram.com/anfipnacional

 www.facebook.com/anfip.nacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial

Servidores e parlamentares discutem tramitação da PEC 32/20

Dezenas de lideranças associativas e a representação de diversas centrais sindicais se reuniram de forma virtual, na segunda-feira (14/6), com o Núcleo de Trabalho do Partido dos Trabalhadores. A ANFIP esteve representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O encontro foi coordenado pelo deputado Rogério Correia (PT/MG), que informou que o partido está produzindo uma emenda substitutiva global à PEC 32/2020 (Reforma Administrativa). O parlamentar alertou que há uma estratégia explícita do governo em afirmar que a Reforma não atinge os atuais servidores com o objetivo rebaixar as mobilizações e unificar a própria base para que tenham mais tranquilidade

para votar a proposta. “Se desmobilizamos, eles aprovam. O aumento do número de membros na Comissão Especial foi uma vitória nossa, pois todos os partidos estarão presentes e coloca mais gente no debate”, disse.

Foram dadas pelos representantes diversas sugestões de ações contra a matéria e discutidos os principais efeitos negativos para a população. Defenderam ainda que, neste momento, a prioridade deve ser as emergências relacionadas à pandemia, como a extensão do Auxílio Emergencial e a distribuição de vacinas para todos.

Também estiveram presentes na reunião os deputados Rui Falcão (PT/SP), Pedro Uczai (PT/SC), Paulo Ramos (PDT/RJ) e Paulo Teixeira (PT/SP).

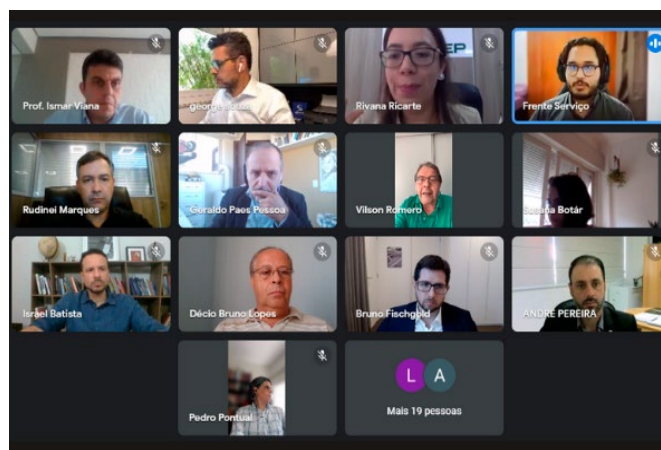
Frente Servir Brasil analisa próximos passos de atuação em relação à PEC 32/20

O coordenador da Frente Servir Brasil, deputado Israel Batista (PV/DF), informou às entidades que integram o colegiado que foi contemplado com a vaga para a Comissão Especial que analisa a PEC 32/20 (Reforma Administrativa), depois de várias articulações das lideranças, a partir da afirmação por parte do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), de que todos os partidos seriam representados. Frente e entidades reuniram-se na segunda-feira (14/6). Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Israel Batista relatou ainda que os requerimentos para que todas as entidades participem dos debates já estão sendo feitos e entregues para votação da Comissão. “Nós queremos a garantia de que a gente consiga ouvir todo mundo”, afirmou o parlamentar, que acredita influenciar, dessa forma, o posicionamento dos parlamentares que ainda estão se aprofundando na matéria. Mesmo que, conforme alertou, a maioria do colegiado seja da base governista e que os líderes possam trocar os parlamentares da Comissão caso percebam que estão perdendo votos. Ainda assim, orientou, é fundamental abordar todos os aspectos técnicos do texto, para que “quando chegue ao Plenário, os parlamentares reconheçam que o texto não é bom”.

Mandado de Segurança – Os parlamentares da Frente apresentaram Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal para barrar o andamento da PEC, uma vez que não foram apresentados todos os documentos que embasaram a proposta. A liminar não foi concedida e a assessoria parlamentar aguarda o inteiro teor da manifestação da Corte para analisar os próximos passos de atuação recursal.

TCU – A Frente acionou o Tribunal de Contas da União para que se manifeste sobre as informações da Nota Técnica nº 69, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que destacou os pontos problemáticos da proposta, entre eles o aumento da corrupção, a facilitação da captura do Estado por agentes privados e a redução da

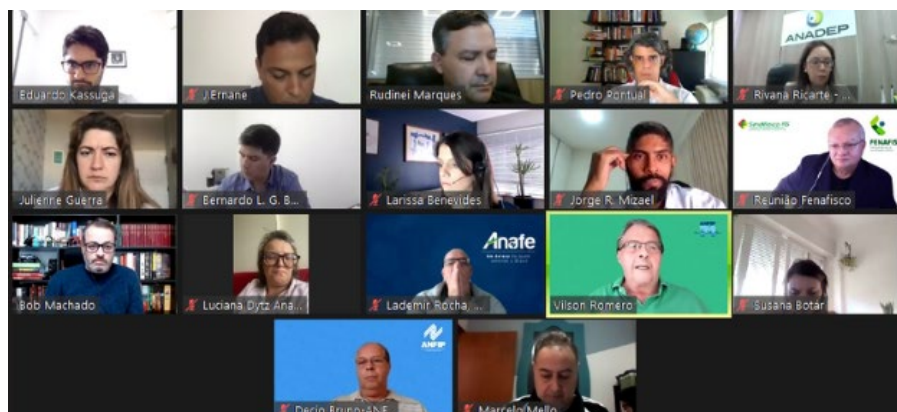


eficiência do setor público em virtude do desmonte das organizações. Além disso, os efeitos previstos de redução de despesas são considerados limitados. “Fizemos provocação ao TCU para que se manifeste sobre os indícios ali expostos”, afirmou Israel Batista.

Emendas – Os parlamentares da Frente já estão protocolando suas emendas e o trabalho agora será focado no recolhimento das 171 assinaturas de apoio necessárias para que possam ser analisadas pela Comissão. O assessor parlamentar Jorge Mizaél Ramos informou que já foram autenticadas 100 emendas ao texto e que está mapeando o conteúdo do material apresentado pelos demais parlamentares.

Décio Bruno Lopes ressaltou que a PEC 32/20 atinge os atuais servidores públicos e as entidades precisam trabalhar em cima desses pontos, de maneira constante e conectada. Os materiais de apoio estão sendo distribuídos às entidades participantes. O presidente da ANFIP frisou ainda que há um longo caminho a ser percorrido até a votação do texto em Plenário, e posterior votação no Senado Federal, e que o trabalho agora deve ser articulado para reverter os prejuízos a todo serviço público e, consequentemente, à sociedade.

Fonacate discute alterações na PEC 32/20 com deputado Darci de Matos



As entidades que integram o Fórum Nacional da Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), dentre elas a ANFIP, estiveram reunidas, na quinta-feira (17/6), com o deputado Darci de Matos (PSD/SC) para apresentar sugestões de alteração no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

O objetivo das carreiras foi apresentar as preocupações das entidades em relação às mudanças pretendidas pela PEC e solicitar apoio do parlamentar às sugestões que visam minimizar os efeitos

nocivos aos atuais e futuros servidores públicos, caso a matéria seja aprovada.

Dentre os pontos discutidos, os representantes dos servidores defenderam os seguintes: manutenção dos direitos adquiridos dos atuais servidores; manutenção do atual Regime Jurídico; manutenção da atual avaliação de desempenho; irredutibilidade salarial; não permitir que o presidente da República possa extinguir cargos; manutenção da estabilidade como garantia a todo serviço público; não permitir que os cargos de liderança para áreas técnicas e os cargos de assessoramento tenha indicação política.

Darci de Matos relatou que foi firmado um pacto entre ele, o presidente da República, Jair Bolsonaro; o ministro da Economia, Paulo Guedes; e o relator da PEC na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Arthur Maira (DEM/BA), “para que a lei não retire nenhum direito dos atuais servidores”. “Estamos aqui para ajudar, ninguém quer prejudicar ninguém. Somos todos brasileiros, estamos do mesmo lado da mesa”, disse, considerando que o “clima” atual “é muito bom”, por causa desse pacto, e que vai tratar os pontos apresentados pelas carreiras diretamente com o relator da Reforma Administrativa.

Para subsidiar a defesa do parlamentar às mudanças apresentadas, a pedido dele, o Fonacate vai formular um documento com todas as sugestões de alteração no texto da PEC e entregar ao deputado.

Além das alterações pontuais apresentadas, as entidades do Fonacate formularam uma Emenda Aglutinativa Global à Reforma Administrativa, com mudanças profundas no texto apresentado pelo governo, como mais uma estratégia para reduzir os prejuízos provocados pela PEC 32/20.

Fórum se reúne com deputado Lincoln Portela



As entidades do Fonacate, dentre elas a ANFIP, seguem articulando com os parlamentares os riscos que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, traz para a sociedade. O grupo se reuniu na quinta-feira (17/6) com o deputado Lincoln Portela (PL/MG), para apresentar suas percepções sobre a proposta. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos

Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

Rudinei Marques apresentou os principais pontos que afligem os servidores e solicitou o apoio do deputado à Emenda Aglutinativa Global à Reforma Administrativa, apresentada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) na semana passada, que visa minimizar os efeitos negativos da matéria. A emenda necessita de 171 assinaturas de parlamentares para ser analisada pelo relator.

Lincoln Portela afirmou que o destino da discussão da matéria é incerto e pode ser extremamente prolongada. “Coisas poderão acontecer, emendas e substitutivos poderão surgir em cima disso e já devem estar sendo preparados. Eu não tenho nada como definitivo”, disse. O deputado destacou ainda que, após as discussões na Comissão Especial, o governo vai acabar encontrando coisas que não tinha ciência e que são fundamentais para que o próprio governo tenha condição de estar em um melhor posicionamento juntamente com todos aqueles que pensam no país, independentemente de posições ideológicas.

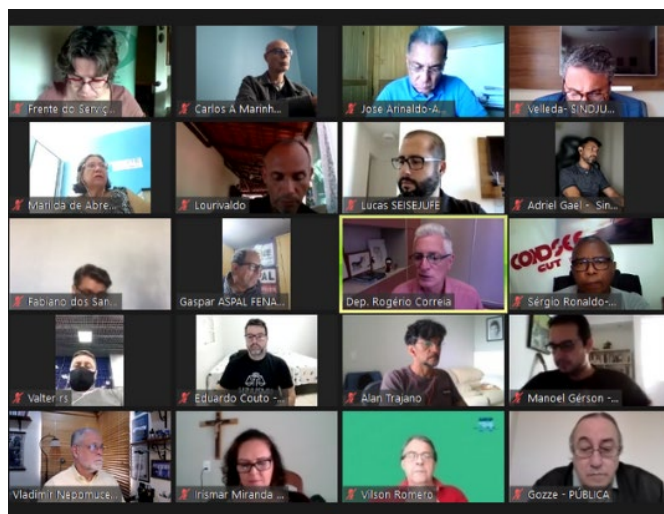
PEC 32/20: Frente do Serviço Público defende articulação para barrar tramitação do texto

Em reunião na segunda-feira (14/6), coordenada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu mais uma vez a PEC 32/2020. O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, também esteve presente no encontro.

A prioridade das entidades é garantir que seja cumprido o prazo de 40 sessões da Câmara antes de votar a proposta, para ampliar o prazo de mobilização da sociedade e para pressionar os parlamentares integrantes da Comissão Especial para que votem contra a matéria.

Para o coordenador da Frente, deputado Rogério Correia (PT/MG), o governo utiliza o argumento de que a Reforma não atingirá os servidores para desmobilizar as bases, e é necessário que todos fiquem atentos. O deputado afirmou ainda que está articulando a elaboração de emendas e a realização de audiências públicas com participação de entidades para discutir como a Reforma atinge diversas áreas, como saúde, segurança e educação.

O consultor político da Frente, Vladimir Nepomuceno, alertou que, apesar de o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), ter afirmado em reunião com parlamentares de oposição que os partidos políticos ficarão liberados para



assinarem emendas sugeridas pelas entidades, isso não garante que ocorrerá, portanto, é necessário que sejam pressionados tanto para assinarem como para aprovarem os requerimentos de realização de audiências para discutir a matéria.

O grupo se reúne novamente na próxima semana e segue com as campanhas de comunicação nas redes sociais em prol da mobilização dos servidores e da população.

Assembleia Legislativa do RS discute impactos da Reforma Administrativa

A Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (RS) promoveu na quinta-feira (17/6) uma audiência pública com a participação de diversos parlamentares e entidades de servidores para discutir os impactos da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) na União, nos Estados e nos Municípios. Pela ANFIP participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A deputada estadual Luciana Genro (Psol) coordenou o debate, que recebeu como palestrantes Vladimir Nepomuceno, assessor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, e Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

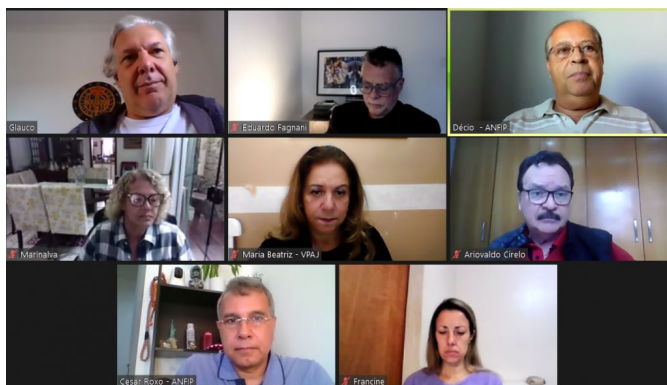
Vladimir Nepomuceno criticou a afirmação do presidente da Comissão Especial, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), que disse que o país está a caminho da administração pública do século 21. “Como é que nós chegamos ao século 21 tirando a garantia dos servidores públicos? O que está sendo feito nessa PEC significa voltar 47 anos atrás, quando o regime militar tirou quase a totalidade do serviço público da cobertura de um estatuto próprio que dava estabilidade e garantia, jogando todos, na época, à CLT”, disse. O assessor destacou ainda que, com o desmonte do Estado, terão direito a serviços essenciais como educação e saúde apenas aqueles que puderem pagar.

Maria Lúcia Fatorelli afirmou que há uma falsa alegação do governo de que o problema das contas públicas está no gasto com servidores nas três esferas da federação, que, a partir disto, para buscar o ajuste das contas públicas, aponta pra um corte no serviço público e abre espaço para a terceirização generalizada em todas as categorias. Segundo a palestrante, esta decisão está conectada justamente com os interesses do mercado financeiro, que está interessado nos grandes negócios que a PEC possibilita, tanto para nomeações terceirizadas, criando uma troca de favores, como na criação de empresas para prestar os serviços terceirizados. “Em vez de fazer a auditoria da dívida pública e conferir que algumas até já foram pagas, fazem o regime de recuperação fiscal, exigindo o desmonte do Estado, estabelecendo teto e pedindo mais privatizações”, lamentou.

Vilson Romero destacou que o debate sobre a Reforma Administrativa deve ser ampliado para todas as regiões do país, conforme aprovado no Plano de Trabalho da Comissão Especial, em que há a previsão de audiências públicas regionais. “O RS deu o pontapé inicial nessa discussão que visa esclarecer servidores públicos e população acerca do prejuízo que resultará para a sociedade com o pretendido loteamento do Estado brasileiro, se aprovado o texto da PEC 32/2020”, disse.

Também abordaram os aspectos negativos do projeto diversos deputados federais e estaduais, além de entidades de classe. Assista ao debate completo [AQUI](#).

Avança organização do Fórum Internacional Tributário de 2021



Os preparativos para a 2ª edição do Fórum Internacional Tributário da América Latina (FIT) foram novamente debatidos, na quinta-feira (17/8), pelos representantes da ANFIP, do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). O evento está previsto para ocorrer em setembro e

reunirá especialistas de diversos países para comparar modelos de tributação, a fim de ser um facilitador da linguagem tributária para a população e inspirar o aprimoramento dos sistemas já existentes através de políticas fiscais e sociais mais efetivas.

Durante o encontro, que contou com a participação do presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e dos vice-presidentes Cesar Roxo Machado (Assuntos Tributários), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), foram tratadas pautas orçamentárias, além de alinhados importantes detalhes sobre o formato do evento, que inclui diferentes plataformas digitais e modernas dinâmicas de organização e interação, que prometem tornar a experiência do público, dos palestrantes e demais colaboradores ainda melhor.

O planejamento do Fórum também recebe a colaboração de Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), organizador do livro “A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas”, lançado pela parceria entre ANFIP e Fenafisco.

Mesa do Conselho de Representantes e Conselho Executivo avaliam realização de eleição de convencionais

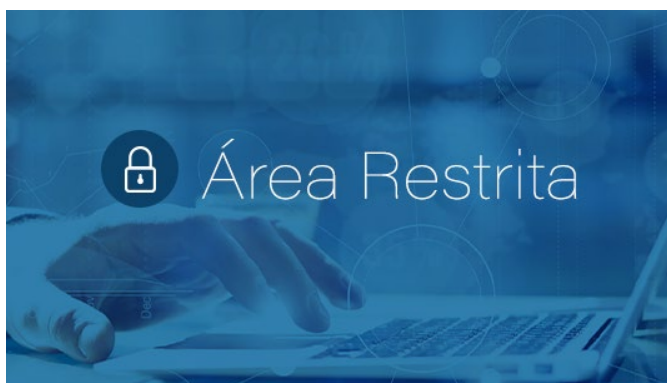
Membros da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes reuniram-se na terça-feira (15/6) com integrantes do Conselho Executivo para tratarem das ações a serem desenvolvidas conjuntamente para viabilizar tecnicamente a realização de eleição eletrônica para convencionais.

Foi esclarecido pelos membros do Conselho Executivo que, após reunião conjunta dos três conselhos, em que se decidiu pelo adiamento da XXVIII Convenção Nacional, a ANFIP vem promovendo ações para adaptação do sistema de votação eletrônica para contemplar a eleição de convencionais.

Após os debates e esclarecimentos, decidiu-se que o processo de desenvolvimento do novo sistema será acompanhado por equipe composta por membros dos três conselhos, para posterior apresentação e deliberação em reunião conjunta.

Reforma Administrativa – Na oportunidade, o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, a convite do presidente Décio Bruno Lopes, falou do momento importante de tramitação da PEC 32/20 (Reforma Administrativa) na Comissão Especial e da necessidade da mobilização nas bases para impedir ou minimizar os prejuízos aos atuais servidores. O prazo para apresentação de emendas já está transcorrendo e, assim que o sistema da Câmara dos Deputados compilar as proposições, o trabalho e envolvimento dos associados serão fundamentais para solicitar o apoio necessário, que são 171 assinaturas de parlamentares, para que as mudanças sejam analisadas pela Comissão. A ANFIP vai encaminhar ao Conselho de Representantes o material para atuação parlamentar.

ANFIP prepara nova área restrita do associado



Em breve estará disponível aos associados da ANFIP a atualização da página restrita, mais moderna, funcional e com novos serviços, visando facilitar o acesso às

informações da Entidade. Para alinhar todos os detalhes, os vice-presidentes de Comunicação Social, Benedito Cerqueira Seba, e de Administração, Patrimônio, Cadastro e TI, João Alves Moreira, reuniram-se na segunda-feira (14/6) com o grupo de trabalho responsável por desenvolver a plataforma.

Os técnicos de Informática apresentaram as atualizações e a funcionalidade da nova página. Colaboradores dos demais setores da ANFIP, que irão trabalhar diretamente na atualização e manutenção de dados, também participaram, apresentando suas dúvidas e sugestões.

Uma nova reunião de trabalho será realizada no mês de julho, para finalizar os preparativos do lançamento da plataforma, que vai acontecer em 16 de julho.

E vem mais novidades por aí! Aguarde!

ANFIP e MCCE discutem tramitação do Voto Impresso e ataques à Lei da Ficha Limpa

Na quarta-feira (16/6), a ANFIP reuniu-se com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e as demais entidades que o integram para discutir pautas de interesse da categoria e atualizar a rede de parceiros sobre os últimos acontecimentos do cenário sociopolítico nacional, bem como definir os próximos passos a serem seguidos, unificadamente, em prol de eleições cada vez mais seguras e transparentes no Brasil.

Segundo Luciano Caparroz, coordenador da videoconferência e diretor do Movimento, integrantes do governo e parlamentares estão “aproveitando o momento de limitação das mobilizações sociais e sindicais, e de articulação com deputados(as), para passar a boiada nas Casas”, referindo-se às inúmeras tentativas de quebra das leis anticorrupção – como a da Improbidade Administrativa e a da Ficha Limpa – através de Projetos de Lei que tramitam no Congresso em período de pandemia.

Sobre o Voto Impresso, após longo debate, o grupo chegou ao consenso de que mesmo que o projeto seja aprovado neste ano, não haveria chance de implementação em 2022, principalmente diante da situação sanitária à qual o país enfrenta. Vale lembrar



que o Movimento não é contra a modalidade de voto, mas sim contra as equivocadas alegações que compõem a proposta, que acabam por descaracterizar o processo eletrônico e desvalorizar as entidades que trabalham em prol de sua segurança.

Em relação à Reforma Eleitoral, o GT MCCE responsável por acompanhar as notícias e audiências públicas sobre o tema segue aguardando o relatório da deputada federal Margarete Coelho (PP-PI). Com a apresentação, espera-se confirmar se a relatora cumpriu o acordo feito com as entidades de não realizar alterações em pontos já incorporados ao processo eleitoral e que possuem efetividade comprovada.

Ao final da reunião, foi lembrado aos presentes que o evento online “[Lei Ficha Limpa 11 anos: paridade de gênero e combate à corrupção nas eleições de 2022](#)”, realizado no dia 10 de junho, já está disponível no canal oficial da entidade no YouTube. O debate foi o primeiro de um ciclo de discussões que irá ocorrer ao longo de 2021, com objetivo de debater o papel das mulheres nas esferas de Poder.

Pela ANFIP, participaram da reunião o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Fórum de Carreiras Típicas articula apoio a emendas

As entidades que integram a Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, reuniram-se na segunda-feira (14/6) para estabelecer estratégias e iniciar a busca das assinaturas de apoio à emenda do grupo à PEC 32/20. Pela ANFIP, participaram dos debates o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O assessor parlamentar do Fonacate, Jorge Mizael Ramos, informou que a emenda já foi protocolada e as entidades precisam atuar de maneira articulada para conseguir o apoio necessário, que são 171 assinaturas de parlamentares. Especialmente neste momento de pandemia, em que vários gabinetes estão fechados, o trabalho, segundo ele, é duro e a abordagem deve ser direta. Além disso, o prazo é curto. Das dez sessões para apresentação de emendas, quatro já foram realizadas. “Construímos algo que saneia os problemas e não podemos abandonar. Todo trabalho é de grande valia para viabilizar a emenda”, afirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Marques exemplificou o trabalho feito pela Fundação Lemann, da qual ele e o presidente da Anesp, Jorge Pontual, integram, que também está atuando na Reforma Administrativa, construindo emenda substitutiva global ao texto do governo. “É uma entidade de peso que vai trabalhar junto aos parlamentares. Eles têm capacidade de articulação”, frisou.

As entidades também alertaram que a PEC 32/20 atinge os atuais servidores e que muitos parlamentares, incluindo o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL), acreditam que a reforma não afeta os atuais. É preciso mostrar o quão prejudicial o texto é para todos, atuais e futuros. Também foi tratada na reunião a questão do termo cargos típicos de Estado e a falta de regulamentação do assunto. Os representantes das carreiras devem fazer novas reuniões para tratar do assunto.

Mobilização – O Fonacate apoia a participação de todos em mobilização prevista para o dia 23/6, em que um ato simbólico deve ser feito em Brasília e ações nas redes sociais programadas para o engajamento dos servidores públicos.

Benefícios

Você conhece o ANFIP Tem +Vantagens? Confira o desempenho da plataforma

A ANFIP divulga regularmente todas as promoções disponíveis para os associados na plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens. Os usuários têm descontos reais em vários produtos e serviços, nas áreas de educação, lazer, turismo, eletrodoméstico, automóveis, perfumaria, supermercados e vários outros. Tudo em ambiente digital, com toda comodidade e dinamismo que o e-commerce traz para a atualidade.

Você quer conhecer um pouco mais dessa plataforma? Acesse [AQUI](#) o relatório com todas as métricas de acesso e as vantagens de ser usuário do ANFIP Tem +Vantagens. Se ainda não ativou sua conta, gratuitamente, clique [AQUI](#).

Faça sua especialização com bolsa de estudos; vagas limitadas

O processo de concessão de bolsa de estudos da Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), parceira da ANFIP, está aberto até 30 de junho. A oferta é válida para associados e seus dependentes que queiram ingressar na especialização EAD, das turmas que iniciarão em 5 de julho de 2021.

Se você tem interesse, CORRA e garanta a sua vaga!

A bolsa concedida é de 30% sobre o valor das mensalidades das especializações, com possibilidade de pagamentos em até 18 parcelas.

Os cursos disponíveis são:

- Direito Tributário e Contabilidade Tributária EAD
- Compliance e Gestão Tributária EAD
- Planejamento Tributário EAD
- MBA em Gestão Financeira e Tributária da empresa EAD

A FBT é pioneira nos cursos a distância com foco na área tributária e o corpo docente reúne professores do Brasil e também da América do Norte, América do Sul e Europa.

Ficou interessado? Entre em contato pelo WhatsApp: (51) 9749-7608.

Jusprev realiza estudo sobre novo perfil de investimentos

Atenta aos movimentos do mercado financeiro, a Jusprev colocará à disposição dos participantes um novo Perfil de Investimentos, mais arrojado, portanto mais suscetível à volatilidade e ao risco, buscando maior rentabilidade.

No dia 11 de junho, a Jusprev encaminhou para os participantes, por e-mail, uma pesquisa com o objetivo de entender se o novo perfil é de interesse do público da Entidade e se existe a intenção de migrar para o novo perfil, assim que este estiver disponível. Essa pesquisa segue até o próximo dia 26 de junho.

Atualmente, a Jusprev possui um único perfil de investimentos, com foco na segurança e na rentabilidade.

Para saber mais, ou caso não tenha recebido o e-mail do estudo, entre em contato com a equipe da Jusprev no email relacionamento@jusprev.org.br.

Centro Universitário disponibiliza condições exclusivas para associados

O Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), parceiro da ANFIP, disponibiliza descontos especiais nos cursos de graduação e pós-graduação para os associados. A instituição tem disponíveis diversos cursos e modalidades para que você possa escolher a profissão que desejar para o segundo semestre de 2021. Confira os descontos disponíveis:

- Graduação presencial: Isenção da matrícula e da primeira mensalidade (julho) e até 33% de desconto;
- Segunda graduação ou transferência: Isenção da matrícula e da primeira mensalidade (julho) e até 50% de desconto;
- Pós-graduação presencial: 20% de desconto;
- Pós-graduação EAD: Até 50% de desconto.

Para garantir a isenção de matrícula e os descontos, é necessário entrar em contato com a equipe comercial do UDF, no número (61) 98488-7680, antes de realizar a matrícula. Depois de garantir seu desconto, faça sua inscrição no site da instituição utilizando o cupom EMPRESA. A oferta é válida apenas para novos alunos.

Cooperforte incentiva a educação e formação dos associados. Confira!

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais (Cooperforte), parceira da ANFIP, divulga os mais novos convênios educacionais, com desconto exclusivo nas mensalidades para você e seus familiares. Se você faz parte da ANFIP, também pode se associar à Cooperforte e aproveitar todos os benefícios. Confira:

- Sigma (DF): desconto de 10% nas mensalidades para alunos da educação Infantil, ensino Fundamental I e II e ensino Médio;
- Escola Salesiana (DF): o desconto pode chegar a 15% nas mensalidades para estudantes do ensino Infantil, ensino Fundamental I e II e ensino Médio;
- Escola Canarinho (DF): oferece 10% de descontos nas mensalidades;
- Uniandrade (PR): Centro Universitário que oferece descontos especiais de até 45% nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado, presencial e a distância;
- MBA USP/ESALQ (SP): Grande oportunidade para cursar pós-graduação Lato Sensu (MBA). A instituição preza por um ensino de qualidade, com descontos de 10 a 25%, a depender do curso;
- Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello (DF): São cursos de instrumentos musicais variados, canto coral, teoria, história, em aulas presenciais ou online para alunos a partir de 6 anos. O desconto pode chegar a 20%, de acordo com o plano escolhido. Aproveite a oportunidade: as matrículas estão abertas.

Além disso, no [site](#) da Cooperforte você encontra mais de 100 instituições de educação conveniadas em todo o país e os descontos ofertados.

E mais! Quer apoiar a educação e a cultura? Clique [AQUI](#) para assistir ao vídeo e conferir esta novidade.

Estadual

ANFIP-CE realiza eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal

A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ceará (ANFIP-CE) realizou, no dia 11 de junho de 2021, conforme Editais do Conselho Deliberativo, eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, para o biênio 2021/2023, e para o Conselho Fiscal, em face das condições da pandemia, para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

As eleições ocorreram com votos na urna disponibilizada na sede da ANFIP-CE, obedecendo aos protocolos sanitários exigidos.

Foram eleitos para a Diretoria Executiva a chapa União e Participação:

Presidente Executivo – Gilson Fernando Ferreira de Menezes
 Vice-Presidente Executivo – Eline Pires de Carvalho
 Vice-Presidente de Administração – José Pereira do Nascimento
 Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos – Roberto Leite Bezerra
 Vice-Presidente de Cultura Profissional, Esporte e Lazer – Givanildo Aquino da Silva
 Vice-Presidente de Finanças – Onofre Fernandes de Moisés Júnior
 Vice-Presidente de política de Classe – Maria Aparecida Andrade Maia
 Vice-Presidente de Relações Públicas – Ercília Leitão Bernardo
 Vice-Presidente de Secretaria – Maria Eliete Ribeiro Marques Freitas
 Vice-Presidente de Serviços Assistenciais – Tereza Liduina Santiago Félix
 Suplente da Diretoria – Teresinha Fernandes Meziat

Eleitos para o Conselho Deliberativo:

Titulares

Manoel Eliseu de Almeida
 Rita de Cássia Teixeira Cardoso
 Maria do Socorro Vieira Rocha
 Darcy de Pontes Lima



Pedro Cadeira de Araújo
 Eliezer Xavier de Almeida
 Maria das Graças Xavier Garcia
 Teresinha de Jesus Veras Holanda
 Liduina Maria Alves macambira
 Maria de Fátima Vasconcelos Mendes
 Adelaide Lourenço Martins e
 Francisca de Fátima Mendes.

Suplentes

Antônio Geraldo Leite
 Elza Maria Souza Bezerra
 Ana Lúcia dos Santos Araújo
 Francisca Ileuva de Vasconcelos Serra
 Paulo de Sousa Reis e
 Regina Célia Prata Chaves

Eleitos para o Conselho Fiscal:

Agamenon Queiroz de Oliveira
 Francisca Donizete de Oliveira
 Antônio Jarba Gomes

ANFIP-ES adota procedimentos para regularizar entidade e prepara novas eleições

A ANFIP-ES, Regional no Espírito Santo, publicou informações sobre a atual composição da direção da entidade, que precisou adiar as eleições dos Conselhos Executivo e Fiscal, que deveria ter sido realizada em abril de 2020, em decorrências das restrições impostas devido à pandemia da Covid-19.

Segundo a associação, foi constituída uma Comissão Conjunta para “administrar e fiscalizar a Associação a partir de 01/05/2020, até que a eleição pudesse ser concluída”. Sendo que a atuação desta comissão foi autorizada por Assembleia Geral Extraordinária com os associados daquela Regional.

Também foi aprovada pela AGE a realização de novas



eleições para os cargos dos Conselhos Executivo e Fiscal da entidade, que serão realizadas no dia 29/07/2021, com apuração e posse dos eleitos no dia 05/08/2021, com mandato "tampão", correspondendo ao período de 05/08/2021 à 30/04/2022.

Leia [AQUI](#) o ofício completo da ANFIP-ES com todas as informações sobre este processo.